

## CAPÍTULO II

### Entre tramas: a cidade e a escola

Dizem que “a primeira impressão é a que fica”, no entanto, quando lá cheguei, minha percepção não gostou do que viu. Era noite, as luzes amarelas mal iluminavam os longos corredores, uma multidão de pretendentes a estudantes da escola, perdidos. O que eu estava fazendo ali? O ano era 1983, me candidatar a uma vaga para o curso de Habilitação Específica para o Magistério de 1º. Grau (para os mais íntimos, Magistério) e como a demanda era muito superior ao número de vagas, era preciso prestar um concurso de seleção: o chamado “Vestibulinho”. Passei e, apesar da primeira impressão, não tinha outra alternativa, já que as agruras da vida me impediam de estudar em uma escola particular.

Aos poucos fui me adaptando ao lugar. O curso era exigente, visitávamos espaços culturais na cidade de São Paulo; passávamos os sábados em bibliotecas públicas pesquisando temas de trabalhos. As aulas, os estágios, os eventos nos envolviam e aos poucos nos identificávamos com a escola. Que escola era essa?

(Retrato Autobiográfico – Apêndice B)

Neste capítulo, abordaremos as características gerais da escola em estudo e do espaço onde foi implantada, com o objetivo de construir um entendimento que gira em torno das relações entrelaçadas entre a escola e o surgimento do município de Osasco. Detém-se cronologicamente, entre o final do século XIX, com o surgimento da Vila Osasco - um bairro do município de São Paulo, e a sua emancipação como município em 1962. Entrementes, o texto será atravessado por fios de acontecimentos mais recentes na medida em que esses nos auxiliem a entender as características da escola nas últimas décadas do século XX, período em que as relações da escola com a cidade assumem novas feições, marcadas por uma maior distância, diferentemente dos liames dos primeiros tempos.

Como lidamos com uma escola pública normatizada pela legislação, é importante observar a mudança de nomenclatura que marcou a sua história. A escola é criada em 1950 como Ginásio Estadual Osasco, em seguida, já em 1952, passa a ser denominada Colégio Estadual “Antonio Raposo Tavares” (CEART), com a instalação do curso científico no segundo ciclo do ensino secundário. Como única escola secundária pública do distrito de Osasco, esta sigla ganha expressão, à medida que a escola se torna um espaço de relações sociais, ou seja, como veremos adiante, a escola patrocina eventos, como festas, palestras, encenações de teatro, e, seus alunos participam de manifestações como a luta pela emancipação, no decorrer da década de 1950. Em 1964, é instalada nesta instituição a Escola

Normal e a escola passa a ser conhecida como “CENEART” – Colégio e Escola Normal “Antonio Raposo Tavares”. Junto com a instalação da Escola Normal, conforme era previsto na legislação da época, foi implantado o Curso Primário Anexo que deveria servir de campo para atuação dos estagiários do curso de formação de professores da Escola Normal.

Para entender o caminho trilhado por essa escola precisamos nos deter, também, na trajetória de criação do município de Osasco. Podemos, em conformidade com Paiva (1973), explicitar que os sistemas educacionais e os movimentos educativos são justificados, refletem e são refletidos nas condições sociais, econômicas e políticas da sociedade e, portanto, são históricos. Neste sentido, passamos a descrever alguns aspectos econômicos, sociais e históricos da cidade de Osasco com o objetivo de trazer novas luzes para compreendermos melhor a razão pelo qual essa escola passou a compor o imaginário de muitos moradores desse município, como uma escola de qualidade. Conforme os relatos de ex-alunas<sup>1</sup>, era muito difícil conseguir uma vaga na escola e era considerado uma honra estudar no CENEART. Atualmente essa imagem ficou desgastada, no entanto, a escola ainda aparece como referência de compromisso com o ensino em relação às demais escolas públicas da cidade.

O recuo será desde o final do século XIX, pois além da produção historiográfica sobre cidade estar consolidada a partir deste período, essa trajetória é importante para identificarmos as peculiaridades da região.

## **2.1 Os primeiros tempos**

A cidade de Osasco, desde seus primórdios, demonstrou ser uma região diferenciada. Fazendo parte dos cenários do desenvolvimento de São Paulo, é cortada ao meio pelo rio Tietê - antiga rota de bandeirantes e tropeiros, pela ferrovia, antiga Estrada de Ferro Sorocabana (CPTM), e hoje, pelas rodovias Castelo Branco (no centro do município), Anhanguera (ao norte) e Raposo Tavares e o Rodoanel (ao sul).

É importante dizer que esta pesquisa focará o desenvolvimento da escola localizada no centro do bairro de Osasco, que pertencia ao município de São Paulo. Seu desenvolvimento está relacionado aos acontecimentos dessa zona urbana que foi pioneira na instalação de indústrias e responsável pelos movimentos de emancipação da cidade. Com o advento da emancipação, tornou-se o centro da cidade de Osasco. A escola foi o primeiro Grupo Escolar

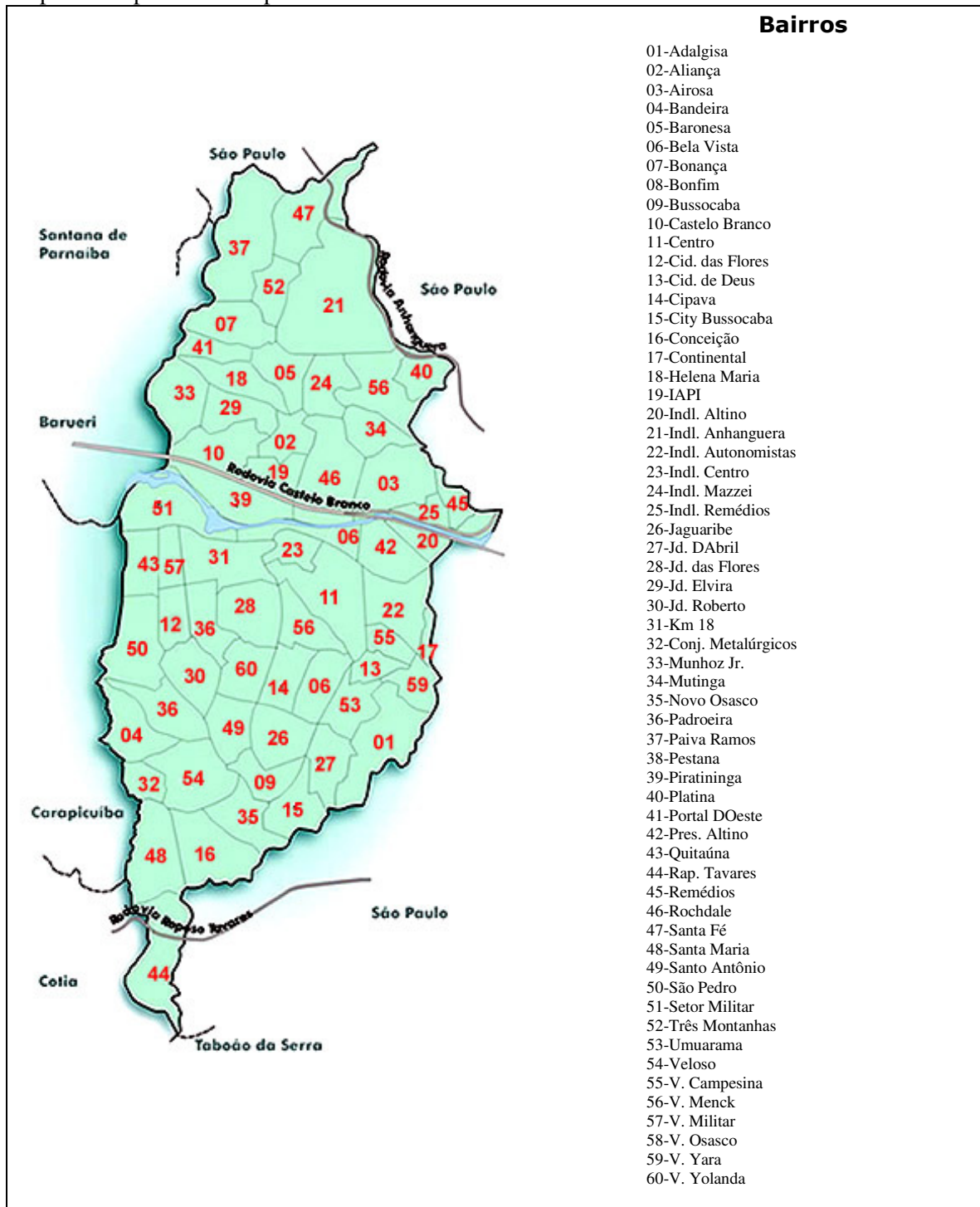
---

<sup>1</sup> Relato redigido a partir de depoimentos colhidos de duas ex-alunas (final da década de 1960) por meio de entrevistas escritas. Os relatos estão colocados no Apêndice A (relatos A e B)

de Osasco e, em 1952, recebeu em seu edifício a implantação da escola secundária no período noturno.

A seguir, apresentamos um mapa de Osasco do ano de 2004, dividido em bairros para que tenhamos uma ideia das dimensões do município.

Mapa 1 - Mapa do Município de Osasco – 2009



Fonte: Prefeitura do Município de Osasco  
Disponível em: <http://www.osasco.sp.gov.br>

O bairro no qual foi instalado o Grupo Escolar Marechal Bittencourt, é chamado hoje de Industrial Centro, mais precisamente, a região 23 do mapa. Segundo Coelho (2004: 187), Osasco possui, atualmente, uma alta densidade demográfica: 670 mil habitantes para 66,9 quilômetros quadrados.

Para entendermos o desenvolvimento dessa região central é preciso observar a própria história de criação do município. Os estudos encontrados sobre essa história apresentam uma tendência de busca a grandes personagens que com características especiais de sua personalidade teriam, com grande luta, gerado a grandeza do município. Essa historiografia foi elaborada com a contribuição de vários pesquisadores que se debruçaram sobre eventos ocorridos na cidade como o primeiro voo ocorrido na América Latina, em 1910; a criação de uma cooperativa de vidreiros em Osasco resultante de uma grande greve ocorrida na Indústria Santa Marina no início do século XX; a grande greve dos operários metalúrgicos ocorrida em 1968; pesquisas sobre as primeiras escolas do município e biografias de antigos prefeitos e pessoas que se destacaram em suas profissões, como o farmacêutico Pedro Fioretti, o primeiro que usou a penicilina na região.

Nesse quadro de grandes personagens e grandes eventos, a história de Osasco está, a partir do final do século XIX, associada à figura de Antonio Agu, um imigrante italiano que chegou ao Brasil em 1872, dotado com uma grande visão para negócios e empreendimentos. Esse personagem compõe o imaginário das pessoas mais antigas da cidade como um grande homem, responsável pela construção da cidade de Osasco naquilo que ela tem de melhor.

Coelho (2004) nos relata que, após alguns anos trabalhando na ferrovia Sorocabana, Antonio Agu, com uma personalidade empreendedora, decide comprar terras na região do quilômetro 16 da Estrada de Ferro Sorocabana<sup>2</sup> e passa fornecer para essa companhia, areia, telhas e tijolos. A estrada de ferro foi incitadora para a formação de uma pequena vila que, entre propriedades rurais, passa a desenvolver atividades industriais. Antonio Agu revitaliza uma olaria buscando parceiros como o Barão Evariste Sensaud de Lavaud e passa a produzir tubos de esgoto e cerâmica, criando a Companhia Cerâmica Industrial de Osasco.

Em 1892, em sociedade com o industrial Narciso Sturlini, Antonio Agu funda uma fábrica de papelão, a “Cartieira”. Nessa fábrica foi criada, em 1900, uma classe de instrução primária com o objetivo de ensinar as primeiras letras para os filhos de funcionários. Neste mesmo ano, segundo Martim (2001) ocorreu a implantação da primeira escola oficial em Osasco, quando uma professora foi nomeada pelo governo do Estado de São Paulo para atuar

---

<sup>2</sup> Atualmente, as regiões 23 e 08 do mapa de Osasco

na Escola Preliminar Mista do Bairro de Mutinga, chamada depois de Escola Preliminar da Estação de Osasco.

A escola preliminar foi criada pelo governo paulista no início da Primeira República para expandir o ensino primário. Segundo Infantsi da Costa (1983:91), as escolas preliminares eram unidades escolares não agrupadas, em que um professor ministrava a instrução para crianças de diversas idades e de avanço heterogêneo. Depois de 1894, essas escolas passaram a ser denominadas de escolas isoladas

Nasce assim, a primeira escola pública em Osasco, uma escola de primeiras letras na qual os alunos frequentavam apenas até a terceira série, adquirindo conhecimentos suficientes para atuarem nas indústrias que estavam sendo implantadas.

Conforme Infantsi da Costa (1983) nos indica em seu estudo, o estado de São Paulo empenhou grande esforço já no final do Império contra o analfabetismo. O pequeno número de escolas, sendo considerado como o principal fator para o alto índice de analfabetismo, incentivou os primeiros governos republicanos a promover a criação de escolas preliminares: “De 1890 a 1919 foram criadas 4.417 escolas de instrução primária preliminar em todo o estado;” (INFANTOSI DA COSTA, 1983:87). Desta forma, vemos que a criação da escola preliminar de Osasco estava inserida dentro de um movimento do próprio governo paulista de valorização da instrução popular. Esta valorização era movida, também, pelo ideário liberal que percebia o papel da educação no alcance da prosperidade individual e coletiva, imaginava-se a instrução popular como um fator de progresso da sociedade.

Em 1895, Antonio Agu fundou a Sociedade de Importação e Exportação Enrico Dell’Acqua com uma indústria de tecidos e construiu, doando em seguida, a estação ferroviária do Km 16 da Estrada de Ferro Sorocabana, nomeada de Estação Osasco<sup>3</sup>. Este crescimento atraiu outros investidores como o banqueiro Giovanni Bríccola, representante do banco de Nápoles no Brasil, que além de financiar diversas indústrias, construiu uma elegante casa de “veraneio” (Chalé Bríccola) que mais tarde, em 1910, serviu de palco para o primeiro voo da América Latina e depois, na década de 70 do século XX, foi transformada no Museu da cidade de Osasco.

---

<sup>3</sup> A estação de trens recebeu o nome de Osasco em homenagem a Antonio Agu, pois Osasco era sua terra natal na Itália. Mais tarde, o município recebeu esse mesmo nome.

Foto 1 - Anos 1930 - Largo de Osasco  
(ao fundo a Estação de trens construída por Antonio Agu)



Fonte: Câmara Municipal de Osasco  
<http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs1/070.htm>

Foto 2 – Museu Municipal de Osasco (s/data)– antigo Chalé Bríccola



Fonte: Câmara Municipal de Osasco  
Disponível: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs2/113.htm>

Ainda no século XIX, Antonio Agu passa a trazer da Itália amigos e conhecidos, vendia-lhes lotes de terra com facilidades de pagamento. Essas pessoas passavam a trabalhar nas indústrias da região: cerâmica, papelão, tecido e matadouro, construindo suas casas ao redor das indústrias. Assim inicia-se o processo de urbanização de Osasco com uma população crescente, atraída pelos postos de trabalho. As necessidades dessa população: transporte, alimentação, saúde, desencadeiam a formação de um mercado local, que se transformará numa espécie de elite local.

Essa população moradora da região central do distrito (próximo à estação de trem), frequenta a Escola Preliminar da Estação de Osasco. Segundo Martim (2001), nos primeiros anos do século XX, os alunos e alunas eram moradores locais descendentes de imigrantes,

principalmente, italianos. Muito pobres, iam à escola de pés no chão. Alguns anos mais tarde, temos a seção feminina com uma professora lecionando em um local e a seção masculina com um professor em outro local. Infantosi da Costa (1983) em seu trabalho “A Escola na República Velha: expansão do ensino primário em São Paulo”, faz um estudo minucioso sobre as condições das escolas isoladas, como essa de Osasco, e nos coloca que:

É necessário registrar a inferioridade da escola isolada em relação ao grupo escolar, tanto do ponto de vista técnico como administrativo. Mal instalada, mal equipada, sem atrativos para o aluno e, sem condições de eficiência para o professor, a escola isolada era a imitação canhestra de uma escola no interior do aparelho escolar primário. (INFANTOSI DA COSTA, 1983:123)

Neste momento, a população central já era composta por comerciantes locais, profissionais liberais e pequenos empresários que formarão, mais tarde, um grupo que lutará pela emancipação de Osasco. Conforme Coelho (2004), apesar da proximidade com a capital paulista, a região de Osasco criou uma identidade própria, na qual as famílias reforçavam seus laços de amizade frente as dificuldades diárias. E mantinham uma relação estreita entre o urbano e o rural: indústrias, comércio e moradias disputavam o mesmo espaço, as casas dispunham apenas da água de poços, a maioria cuidava de uma pequena horta para o próprio consumo; os lugares mais distantes ocupados pela população dependiam da água retirada de nascentes, e mantinham o cultivo de gêneros para sua sobrevivência, bem como a criação de pequenos animais como galinhas e porcos. O dia a dia, e suas dificuldades, era vencido por meio de ações cooperativas e de solidariedade.

Em 1909, morre Antonio Agu, doando em testamento terrenos para a construção de um cemitério, uma igreja católica, uma escola e um mercado. Isso será muito importante, pois em um dos terrenos doados, foi construída, em 1931, a Igreja Matriz e, em seguida, instalado o Seminário São Gabriel. Será nestes espaços que acontecerão, futuramente, reuniões do movimento emancipacionista (1958) e do movimento operário de 1968. Este último resultou na prisão de dois padres operários, o Padre Juarez e o Padre Pierre Wantre<sup>4</sup>. Será em um desses terrenos, também, que será construído, em 1949, o edifício próprio para o primeiro grupo escolar público estadual do Distrito de Osasco, evolução da Escola preliminar da Estação de Osasco de 1900.

---

<sup>4</sup> O padre Pierre permaneceu certo tempo preso no DOPS, depois ficou em prisão domiciliar no Palácio Episcopal e, em seguida, expulso do país. O padre Juarez foi solto. (COELHO, 2004: 146).

Foto 3 – Igreja Matriz de Osasco – Antiga Igreja Santo Antonio (construída em 1931)



Fonte: Câmara Municipal de Osasco  
Disponível em: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs1/010.htm>

Conforme os estudos de Werner (1981), publicados em sua obra “Raízes do Movimento Operário em Osasco”, em 1909 ocorre a grande greve dos vidreiros da Santa Marina (São Paulo). Aqueles que resistiram por mais tempo foram demitidos, perdendo inclusive seus lugares de moradia, pois residiam na vila operária mantida pela Santa Marina. Esses vidreiros desempregados se dirigiram a Osasco, já que era um local de povoação italiana, e elaboraram um projeto para a criação de uma cooperativa de vidreiros, pois ali encontraram condições favoráveis como disponibilidade de água, areia de boa qualidade do rio Tietê, entre outras. No entanto, foram traídos, pois o dinheiro arrecadado para a compra do forno industrial foi roubado e o sonho perdido.

Baseando-se na tentativa da formação dessa cooperativa de vidreiros em Osasco, essa mesma autora diz que “um passado de lutas” permitiu, mais tarde com o advento da escola secundária pública em Osasco (década de 1950), aos estudantes, principalmente descendentes desses operários, uma grande participação na política da região, sendo que essa escola seria fornecedora de uma formação que permitia uma participação mais consciente.

Em 1915, a Cerâmica Industrial Osasco, comprou terras e construiu casas para funcionários na altura do quilômetro 14 da Estrada de Ferro Sorocabana (região 42 no mapa de Osasco). As casas foram vendidas e criou-se um novo núcleo de povoamento que passou a receber imigrantes armênios a partir de 1921. Esta região recebeu o nome de Presidente Altino, e nela foi instalada uma nova indústria, o Frigorífico Continental (Continental



Products Company) e, mais tarde, foi instalado o segundo ginásio público do distrito: Ginásio Estadual de Presidente Altino (GEPA), em 1958, sete anos depois da instalação do primeiro ginásio na região: o Ginásio Estadual “Antonio Raposo Tavares” (GEART).

No ano de 1917 as “Escolas Isoladas” passaram a ser conhecidas como Escolas Distritais e, em sua grande maioria, os alunos tanto da seção feminina quanto da seção masculina, estudavam só até o 3º ano no máximo, pois iam para a escola com a finalidade de aprender somente as primeiras letras. Era o suficiente para ter seu ingresso garantido em uma das fábricas da região, que exigiam funcionários capazes de ler manuais para a operação das máquinas e os avisos existentes em suas instalações. Portanto, assim que conseguiam um emprego deixavam a escola e iam trabalhar. (Martim, 2001: 64)

Conforme Infantosi da Costa (1983), a Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917, reclassificou as escolas isoladas em: urbanas, no qual o curso preliminar tinha a duração de quatro anos; distritais com um curso de três anos e rurais com um curso de dois anos.

Em 1918, a Vila Osasco é elevada à condição de distrito<sup>5</sup>. Segundo Martim (2001), esse fato acirrou as disputas políticas e dois grupos distintos passaram a buscar benefícios ao local, especialmente, a conquista de três equipamentos sociais: a igreja Matriz (inaugurada em 1931, com o esforço dos padres passionistas), um cemitério e um grupo escolar. De um dos grupos, formou-se a “Liga dos Interesses Locais”, composta de pequenos comerciantes e profissionais liberais que passaram a lutar pela resolução dos problemas locais, como a falta de energia elétrica, saneamento básico, fornecimento de água, transportes, dentre outros. Esse grupo, segundo Coelho (2004) tinha como líder o industrial Júlio Silva, dono do jornal “O Districto” e representava a imagem de um homem culto, moderno, bem preparado e apoiado pelo Partido Republicano Paulista.

Em oposição a esse grupo, encontra-se o coronel Delphino Cerqueira, representante do poder tradicional ligado à produção agropecuária e que mantinha uma fazenda (aproximadamente, nas regiões 28, 31, 57, 43 do mapa de Osasco apresentado). Julio Silva foi eleito delegado distrital e indicou o Dr. Arthur Vasconcelos como Juiz de Paz. A vitória deste, diante do candidato do coronel detonou uma disputa política que resultou em morte<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Os distritos são territórios em que se subdividem os municípios e podem se subdividir em bairros. Dispõem, obrigatoriamente de cartórios de ofícios e registro civil e, nos municípios maiores, podem sediar subprefeituras ou administrações regionais.

<sup>6</sup> Conforme o trabalho de Coelho (2004), a disputa política entre o coronel Delfino e Julio Silva foi gradualmente se acirrando, culminando em um atentado à família de Julio Silva que se dirigia à estação de trem. Julio Silva foi ferido e seu filho João Batista, estudante de medicina, foi morto a tiros depois de uma discussão. Não ficou provada a participação do coronel no atentado.

Em 1921, o Presidente da República Epitácio Pessoa visita Osasco para lançar a pedra fundamental do 4º Regimento de Infantaria, desdobramento do Corpo de Artilharia de Santa Catarina e do 2º Batalhão de Infantaria (famoso por sua atuação na Guerra do Paraguai). A região escolhida para sua instalação foi a antiga fazenda de Antonio Raposo Tavares, que no século XVII, usava a região como base para suas atividades bandeirantes. Esse local (região 57 no mapa de Osasco) era considerado estratégico, pois era próximo ao rio Tietê e à ferrovia. O desenvolvimento desse complexo militar ajudou no desenvolvimento do comércio local e no aumento populacional.

Por volta de 1922, as escolas feminina e masculina são reunidas: implantou-se a Escola Reunida de Osasco, que funcionava em um casarão de propriedade do coronel Delphino Cerqueira, arrendado pelo governo estadual. Construído para moradia nos primeiros anos do século XX, suas dependências foram improvisadas: cinco salas com 200 alunos apenas cinco banheiros (com sistema de fossa). Conforme relatório de inspeção sanitária, das cinco salas duas tinham um cheiro insuportável, uma terceira não tinha janelas, sendo dividido seu espaço por meio de armários, com a diretoria da escola. Sem iluminação suficiente, em dias escuros a leitura era dificultada. (MARTIM, 2001). Em 1925, a escola reunida é transformada em Grupo Escolar de Osasco. Essa escola permanecerá neste local, até a inauguração de seu prédio próprio em 1949.

É assustador o fato que mesmo adquirindo o status de Grupo Escolar, essa escola tenha permanecido nas mesmas condições precárias por vinte e quatro anos até, finalmente, a inauguração de seu prédio próprio. Para Infantsi da Costa (1983),

...a intensidade das necessidades de instrução, decorrentes do incremento populacional cresceu ao mesmo tempo que a evolução das estruturas econômicas e fez-se sentir, sobretudo, nas cidades, onde a instrução aparece mais ligada às possibilidades de melhoria de emprego e de nível de vida. O desenvolvimento econômico conduz e aumenta a necessidade de aprender, criando assim, condições para uma demanda crescente. (INFANTOSI DA COSTA, 1983:12)

Podemos considerar que a grande demora para a construção da escola deveu-se, em primeiro lugar, pelo fato do período das grandes construções monumentais para grupos escolares<sup>7</sup> ter passado. Conforme Infantsi da Costa (1983), São Paulo conseguiu investir em educação a partir do final do Império graças aos recursos financeiros advindos de impostos

---

<sup>7</sup> Cf. a respeito M.E.P. Correa, H.M.V. Neves, M.G de Melo. Arquitetura Escolar Paulista: 1820-1920. São Paulo:FDE, Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

que recaiam sobre a exportação do café. Esses recursos sofreram severos golpes a partir do terceiro decênio do século XX, com a crise econômica mundial (1929). Em segundo lugar, Osasco neste período, apesar de possuir um bom número de indústrias, era considerado um bairro periférico do município de São Paulo, boa parte das necessidades da população eram supridas na capital.

Em 1923, a instalação da antiga fábrica de tecido foi ocupada pela Fábrica de Tecidos Beltramo e Cia. Em 1929, aparece a SOMA, uma companhia de material ferroviário. Segundo Hirant Sanazar, em seu livro “Osasco sua história, sua gente”, a luz elétrica chegou em Osasco apenas em 1923 por meio da Companhia Light e Power. Antes disso somente as grandes indústrias possuíam eletricidade, a maioria da população usava lampiões a querosene e alguns estabelecimentos comerciais possuíam geradores movidos a querosene.

Segundo Coelho (2004: 86), em 1940, a Companhia Light e Power fez a retificação do Rio Tietê para ampliar a potência da Barragem Edgard Souza, em Santana do Parnaíba, devido o aumento da demanda de energia advinda do parque industrial em crescimento em São Paulo. Isso alterou a paisagem de Osasco, criando um braço morto do rio Tietê, no bairro hoje chamado de Rochdale. O preço pago pelo aumento da disponibilidade de energia foram as constantes enchentes que passaram afligir este bairro, vivenciadas até hoje pelos moradores do local.

O Grupo Escolar de Osasco, passou a oferecer o ensino primário de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries em turmas separadas para meninos e meninas. Bastante procurado, exigia condutas como o uso de uniforme e disciplina rígida (tanto dos alunos como de seus professores). Segundo Coelho (2004: 63), a clientela escolar era bastante heterogênea, a presença de imigrantes diminuía sensivelmente, abrangendo agora desde filhos de trabalhadores especializados e comerciantes a filhos de operários vindos de regiões periféricas do distrito. No entanto, como na época as crianças também contribuía para os rendimentos familiares, era comum a pequena permanência na escola, apenas o suficiente para aprender os rudimentos da escrita, da leitura e da aritmética.

Na região, entre as décadas de 20 e 1930, as taxas de mortalidade infantil eram altíssimas, resultantes da inexistência de saneamento básico somada à insalubridade dos ambientes de trabalho, num local que abandonava seu caráter rural e se transformava paulatinamente em uma região urbana. Mesmo no centro do distrito, o esgoto corria a céu aberto, não havia calçamento. O primeiro hospital da região foi criado em 1949 após a chegada das Irmãs da Misericórdia; até então, os moradores contavam apenas com a ajuda do farmacêutico Pedro Fioretti, que expedia a maioria dos atestados de óbitos.

Nas décadas de 1930 e 1940, segundo Coelho (2004), a cidade de São Paulo assiste ao crescimento populacional, principalmente, em suas áreas periféricas. Inevitavelmente, Osasco faz parte dessa expansão que não é acompanhada, no entanto, pelo incremento de condições mínimas de urbanização como água encanada, asfalto, iluminação, escolas, hospitais, transporte coletivo. A identidade de Osasco continuava marcada pelo convívio entre o rural e o urbano e os elos familiares, ou seja, essa relação rural-urbano só foi perdida na década de 1940, com o advento da instalação das grandes indústrias. Até então, as relações sociais eram estabelecidas a partir de relações familiares, por exemplo, os diferentes locais do distrito eram nomeados conforme o sobrenome das famílias.

A chegada de empresas de grande porte em Osasco deu-se nos anos 40, trazendo um grande fluxo de migrantes vindos, principalmente, do Nordeste, Minas Gerais e interior de São Paulo. Isso proporcionou uma reorganização espacial, social e cultural da região. Em 1941, instalou-se a Eternit (produtos de fibrocimento); em 1944, a Cobrasma (material ferroviário). A ligação do rural com o urbano é perdida e o movimento migratório aumenta a população em Osasco.

Foto 4 - Largo de Osasco, anos 1940: primeira estação, que fora construída por Antônio Agu, e, ao fundo, a Cerâmica Industrial Osasco



Fonte: Câmara Municipal de Osasco

Disponível em: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs1/001.htm>

Segundo Martim (2001), em 1940, a lista de espera por uma vaga no Grupo Escolar de Osasco já chegava a 1000 nomes. É relatado que durante uma sequência de anos, os inspetores de ensino e, sobretudo, autoridades sanitárias, descreviam as situações precárias da escola e a necessidade de saná-las. A ideologia disseminada pelos poderes públicos e grupos sociais dominantes consistia na valorização da educação como condição para a consolidação

de um Brasil soberano e desenvolvido de acordo com modernizações do século XX. No entanto, as escolas funcionavam em condições precárias, e mesmo com o distrito de Osasco apresentando um grande número de indústrias instaladas, as condições de vida da população da região continuavam ruins. Conforme Spósito (1992) nos indica:

As correntes migratórias e o crescimento rápido da população converteram a cidade de São Paulo, em poucos anos, em local de habitação com carências urbanas, pois o desenvolvimento econômico da Metrópole não foi acompanhado da criação de uma infra-estrutura de serviços coletivos urbanos. (SPÓSITO, 1992: 173)

Em 1941, o Grupo Escolar de Osasco passa a denominar-se “Grupo Escolar Marechal Bittencourt” em homenagem ao centenário de nascimento desse militar<sup>8</sup>. Nessa época, em plena Segunda Guerra Mundial, sob o governo de Getúlio Vargas, os valores militares eram enaltecidos.

Em 1943-44, o Colégio Nossa Senhora da Misericórdia, uma instituição confessional particular, foi fundado pela Congregação das Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia, ordem religiosa criada em Sarvona, na Itália: Ursula Carew, Ester Martins, Maria Celeste Patto e Maria Lopes eram as irmãs que tinham como missão instalar um colégio. Na solenidade de inauguração do estabelecimento de ensino houve a participação do então interventor federal do Estado Fernando Costa, do Comendador Vicente Mellilo, da condessa Amália Matarazzo e inúmeras pessoas que receberam as bênçãos do arcebispo de São Paulo Dom José Gaspar de Afonseca e Silva. O local no qual o prédio foi construído não possuía água encanada ou energia elétrica. O projeto inicial era implantar o curso primário e o profissional, mas no primeiro ano funcionou apenas o curso primário, com setenta e seis alunas. No ano seguinte foi implantado o curso profissional com vinte e três alunas e duração de três anos. Em 1951, a direção do colégio resolveu extinguir o curso profissional e instalar o curso secundário ginasial. Em 1955 foi implantado o Curso Normal, o primeiro da região de Osasco, com doze alunas que pertenciam às famílias mais abastadas da região.

---

<sup>8</sup> Marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897): lutou quatro anos na Guerra do Paraguai. Era Ministro da Guerra na época da Guerra de Canudos, foi responsável pela morte de centenas de prisioneiros inclusive mulheres e crianças de Canudos. Morreu salvando o Presidente da República Prudente de Moraes de um atentado. (Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Machado\\_Bittencourt](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Machado_Bittencourt). Capturado em 10/12/2009)

Foto 5 – Antiga fachada do Colégio Misericórdia



Fonte: Câmara Municipal de Osasco

Disponível em: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs4/365.htm>

Mesmo com tantas mudanças, os problemas de infra-estrutura como saneamento básico, ampliados com o crescimento populacional e os sucessivos loteamentos, continuavam. Osasco não poderia ser mais um distrito esquecido pelas autoridades municipais e assim surge o movimento por melhorias na região que acaba originando a luta pela emancipação.

Foto 6 - 1948 - Rua Antônio Agu (Centro), ainda sem pavimentação



Fonte: Câmara Municipal de Osasco

Disponível em: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs1/034.htm>

## 2.2 A luta pela emancipação

Segundo Spósito (1992), o crescimento urbano e a industrialização, após 1930, geraram novas necessidades e aspirações e os habitantes dos centros urbanos passaram a reivindicar de forma mais intensa os meios necessários à sua satisfação. Assim, eclodem

movimentos sociais caracterizados pelas reivindicações de caráter urbano: surgem as “Sociedades Amigos de Bairros” (SABs). Essas entidades teriam assumido, a partir dos anos de 1950, o papel de porta-vozes e instrumento de mobilização de significativas parcelas das classes populares radicadas nos bairros distantes da cidade (SPÓSITO, 1992: 180).

Neste mesmo sentido, os moradores da área central de Osasco reorganizam-se, em 1947, como “Sociedade Amigos do Distrito de Osasco” (SADO), que tinha por objetivo iniciar a luta por melhores condições de vida aos habitantes de Osasco incluindo aí, a construção de um prédio próprio para o Grupo Escolar Marechal Bittencourt. Esse grupo elaborou um estatuto que seguia os moldes da Associação Amigos de Pinheiros, oficializando a sociedade. Suas reuniões ocorriam primeiramente num sistema de rodízio nas casas dos participantes e, depois, passaram a utilizar salas cedidas pela comunidade, entre elas os clubes Atlético e Floresta e o Grupo Escolar. Em uma reunião de 1947, segundo Martim (2006: 57), ficou registrado em sua ata uma solicitação para que se fizesse um pedido para a instalação de um ginásio em Osasco às autoridades competentes.

Esse registro foi a única informação encontrada sobre a reivindicação de um ginásio, porém apesar do silêncio encontrado sobre esse assunto, podemos, por meio dos estudos desenvolvidos por Spósito (1992) e por Beisiegel (2005), supor que outras solicitações devem ter ocorrido<sup>9</sup>. Isto é reforçado pelo comparecimento nas festividades da escola de autoridades políticas, registradas nas atas de reuniões da escola, embora essas autoridades não sejam nomeadas.

Segundo Martim (2006), as reuniões prosseguiram tratando dos mais diversos problemas: melhorias do sistema de transporte, falta de luz elétrica em muitos bairros, problemas com a companhia de gás, etc. Em muitas reuniões apareciam vereadores e deputados como intermediários das reivindicações da entidade. Assim, podemos supor que esses vereadores e deputados interferiram tanto na conquista da construção de um prédio próprio para o grupo escolar como na instalação do ginásio estadual.

Por outro lado, a partir da década de 1940, iniciou-se uma ação conjunta do Estado com a Prefeitura, que assinaram sucessivos convênios para a construção de prédios escolares. O primeiro desses foi firmado em 1943, o prosseguimento dessas ações permitiu que a expansão das escolas estaduais ganhasse novo ímpeto.

---

<sup>9</sup> Spósito (1992) e Beisiegel (2006) descrevem em suas obras como grupos da população conquistaram a instalação de escolas, nas décadas de 1950 e 1960, com a atuação de deputados estaduais, principalmente, na época das eleições.

Conforme Spósito (1992), esses convênios estabeleciam diferentes atribuições ao Estado e ao Município: caberia ao Município o encargo da construção dos prédios e ao Estado a criação e instalação das classes e escolas, nomeando os professores. A comissão executiva responsável pelo planejamento das edificações fez um levantamento das condições das diferentes escolas da capital em 1948, e descreveu de forma alarmada as condições de funcionamento das escolas da periferia da cidade:

Crianças em porões, em garagens, em salas acanhadas comportando normalmente apenas a terça parte dos alunos nela amontoados [...], ausência de ar e de luz, e de pátios de recreação, ambientes de ar viciado, muitas vezes uma só instalação sanitária para centenas de crianças em ambos os sexos, água de poços abertos junto às fossas negras, carteiras de caixão de querosene ou de cebolas, banco de tábuas apoiadas sobre pilhas de tijolos [...]

Os grupos em geral superlotados. Encontramos classes com 50 e até 60 alunos, mesmo nas do 1º ano para as quais as estatísticas não podem indicar frequência superior a 40, o que desvirtua a média geral, que em 25 bairros, apesar disso, era superior a 40. (SPÓSITO, 1992: 36-37)

Podemos perceber por esse relato da comissão executiva descrito por Spósito (1992), que as condições de muitas escolas na década de 1940 eram incrivelmente precárias, o que faz da situação do grupo escolar de Osasco, colocada há alguns parágrafos, algo comum.

Foi por meio de um desses convênios que o prédio para o Grupo Escolar Marechal Bittencourt foi construído. Em 1948, as classes, ainda no prédio adaptado, chegavam a ter 65 alunos matriculados. E, finalmente, em 1949 inaugura-se o novo prédio com dez salas. Do momento em que foi doado o terreno, em 1919, até a inauguração do prédio, trinta anos foram transcorridos. A cerimônia de inauguração contou com a presença do governador Adhemar de Barros e as autoridades de ensino, marcando sensivelmente a população local. Um ano depois, era criado o Ginásio Estadual de Osasco, que funcionaria no horário noturno, neste mesmo prédio.

Segundo Spósito (1992), o estilo político de Adhemar de Barros era marcado pela realização de grandes obras públicas e ampliação dos serviços oferecidos pelo Estado com a finalidade de alcançar um bem-estar social. Assim, apesar das restrições financeiras na qual o estado de São Paulo se encontrava, não houve oposição aos projetos de leis que visavam a criação de escolas, sobretudo, as escolas médias que eram solicitadas pela população, facilitados pela estratégia de instalar esses estabelecimentos em prédios onde já funcionavam outras escolas:

São marcos significativos da gestão Adhemar de Barros, para a Capital, a instalação dos ginásios criados em 1945 mediante o expediente dos cursos noturnos que entraram em atividade nos prédios de grupos escolares nos



diversos bairros da cidade. Durante seu mandato também foram instalados os primeiros cursos noturnos da Escola Normal Caetano de Campos e da Universidade de São Paulo. (Spósito, 1992: 108).

Figura 1 - Documento sobre a construção do Grupo Escolar Marechal Bittencourt

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**FICHA DE PRÉDIOS ESCOLARES**

Município São Paulo Distrito São Paulo  
 Estabelecimento - Grupo Escolar: 14 Marechal Bittencourt  
 Proprietário do prédio: Convenio Escolar - Prefeitura Residente

Arrendado ou cedido gratuitamente? Cedido Com contrato? Definitivo Aluguel mensal —  
 Início da Vigência do contrato — Vencimento —  
 Data do recebimento das chaves 3-8-1949 Data da entrega das chaves 3-8-1949  
 Por conta de quem correm os alugueres? —  
 Data em que o proprietário deve ser avisado para renovação ou cessação do contrato —  
 Observações:  
 Há moradia para o zelador? Sim

Onde está situado o prédio? Rua General Bittencourt s/n.º  
 Está bem localizado em relação à população escolar? Sim É fácil o acesso? Sim  
 Há vizinhança inconveniente quanto à higiene? Não Do ruído? Não Pelo perigo de acidentes? Não  
 Da moralidade? Não Quais? —  
 Observações? —

Construído para escola ou adaptado? Anterior Se adquirido já edificado, quanto custou?  
 Construído pelo Estado ou por particular? Prefeitura Se por particular, quem o construiu? Convenio Escolar  
 Início da construção em 23/8/48 Terminação das obras em 23/4/49  
 Data da instalação do estabelecimento do prédio 3-8-1949  
 Foi reformado o prédio? Não Quando? — Em que consistiu? —  
 Observações: —

Fonte: Blog sobre a história da EMEF Marechal Bittencourt  
 Disponível em <http://emefmarechalbittencourt2010.blogspot.com/2010/05/historia-da-emef-marechal-bittencourt.html>

Foto 7- Grupo Escolar Marechal Bittencourt – s/data



Fonte: Câmara Municipal de Osasco  
 Disponível em: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs1/097.htm>

### 2.2.1 A Escola Secundária

Até então, a região de Osasco contava, apenas, com o ensino de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries do primário. O setor industrial crescia dia a dia, mas quem quisesse prosseguir os estudos na busca da ascensão econômica e social tinha que se dirigir para regiões da Capital como Lapa, Pinheiros e outras atendidas pela estrada de ferro, conforme depoimentos da professora Helena Pignatari<sup>10</sup> e do ex- aluno e ex-professor de biologia<sup>11</sup>:

*...Grupo Escolar Marechal Bittencourt que ficava na rua Primitiva Vianco, onde hoje é, aproximadamente, a galeria Fuad Auada. Era um prédio de madeira. O Diretor era Guido Morone que me incentivou a continuar os estudos e fazer o ginásio. Acabei fazendo na Lapa, no ginásio Anhanguera que estava iniciando suas atividades. Osasco não tinha um curso ginásial. Estudei para o exame de admissão com esse professor Guido Morone e todos os alunos que estudaram com este professor conseguiram passar. O Anhanguera ficava na rua Clélia onde hoje está a escola Pereira Barreto. Ali terminei o ginásio e, em seguida, fui fazer o curso colegial em Pinheiros no colégio Fernão Dias, na rua Pedroso de Moraes. Em Osasco não havia curso colegial. Fiz a primeira e a segunda série...*

[...]

*A luta para estudar na Lapa:*

*Para estudar na Lapa era preciso se locomover de trem. Naquela época, os primeiros trens eram por volta de 5 e meia, 6 horas, 6 e meia. Saíam apenas da estação de Osasco para São Paulo. Quem quisesse chegar mais cedo em São Paulo era obrigado a vir do bairro onde morava que, no meu caso, era o Km 18, para pegar esse trem que partia mais cedo. Então, muitas vezes, quando tinha aula de Educação Física, isso ocorria duas vezes por semana e a aula de Ed. Física começava às seis e meia da manhã, vinha no cano da bicicleta do meu tio, que trabalhava no antigo Cotonifício Beltrano, o pessoal chamava de fábrica de tecido, trazia até a estação para que pudesse chegar a tempo para a aula de Educação Física. Então durante, três anos, porque na primeira série isso não acontecia, eu ia dormir na casa da minha avó e meu tio que morava com ela, me trazia até a estação... (Relato E - Depoimento de ex-aluno e ex-professor de biologia gravado para "CENEART 50 anos" - Apêndice A)*

A professora Helena Pignatari em seu depoimento para Martim (2006), indica que fez o curso primário no Grupo Escolar de Osasco e depois fez o Ginásio Perdizes.

*Depois eu fui para o Ginásio Perdizes, porque era o ginásio mais próximo da Estação Barra Funda, e nós viajávamos pelo subúrbio, descíamos na Barra Funda e íamos a pé até a Avenida Água Branca onde ficava o Ginásio Perdizes... (MARTIM, 2006:144)*

<sup>10</sup> O depoimento da professora Helena Pignatari foi concedido para Sonia Regina Martim para seu trabalho "A Escola Secundária e a Cidade: Osasco, anos 1950/1960" (Tese de Doutorado) e se encontra nele transcrito como "Anexo 4" a partir da página 144.

<sup>11</sup> Informação colhida no depoimento concedido pelo professor à escola para "o aniversário de 50 anos do CENEART", gravação em vídeo (VHS) encontrada no acervo audiovisual da escola.

Diante da demanda de diplomados no quarto ano primário e o desejo de ascensão social, foi preciso dar o próximo passo: criar um curso secundário no distrito, mais tarde, município de Osasco. Para entendermos a dinâmica dessa iniciativa, podemos recorrer aos trabalhos de dois estudiosos do período.

Após a queda do Estado Novo, a criação de um ginásio oficial passou a depender da promulgação de lei na Assembleia Legislativa do Estado. Segundo Spósito (1992), muitos deputados movidos por interesses eleitorais se renderam a solicitações da população e se tornaram os principais agentes na proposição de criação de novos estabelecimentos secundários em vários municípios do Estado de São Paulo.

Por sua vez, segundo Beisiegel (2004), no primeiro período de expansão do ensino secundário (1945 a 1960), a criação de uma escola secundária oficial aparece como atribuição do “agente político, no Legislativo ou Executivo”:

Num regime político representativo, onde a aquisição ou a manutenção de posições de poder dependem do voto e, conseqüentemente, da conquista do eleitor, estas necessidades reais de amplos setores da população sensibilizam o militante político. (BEISIEGEL, 2004:22)

Conseqüentemente, teremos dois movimentos contraditórios: quando o executivo toma para si a expansão escolar, grupos do legislativo (principalmente, opositores políticos) movem-se no sentido de disciplinar essas ações. Por outro lado, quando o legislativo toma a frente na criação de escolas, é a vez do Executivo dificultar a expansão: ora não sancionando a lei de criação, ora criando dificuldades na sua execução.

Spósito concorda e mostra que, desde 1949, alguns deputados ligados a UDN buscavam disciplinar a expansão das escolas públicas de ensino médio realizada pelo Executivo, pregando a necessidade de ser elaborado um plano geral, estabelecendo diretrizes para a sua instalação<sup>12</sup>.

As razões alegadas repousavam, em grande parte, na tentativa de restaurar o equilíbrio das finanças públicas e consubstanciaram-se em projeto de lei de iniciativa da Comissão de Educação e Cultura da Assembléia. [...] O deputado udenista Rubens Vaz do Amaral, presidente da Comissão de Educação e Cultura, defendia a necessidade de estudos que também levassem em conta fatores de ordem educacional,... [...] Solicitou, nessa oportunidade, auxílio de uma comissão de educadores. [...] Constituíram a comissão: professores da Universidade de São Paulo – Almeida Jr. Mário Wagner Vieira da Cunha e José Quirino Ribeiro; representante do Departamento de Educação, Sólton Borges dos Reis; e, o técnico ligado ao ensino profissional: Arnaldo Laurindo. (SPÓSITO, 1992: 100)

---

<sup>12</sup> É preciso lembrar que o governo do Estado era presidido por Adhemar de Barros.

Esse grupo de deputados da Assembleia Legislativa paulista criou um plano geral com diretrizes para a instalação de uma escola oficial. Dentro desse plano foi traçado como requisito para a criação de uma nova escola secundária, um número mínimo de conclusões do curso primário que os municípios deveriam apresentar. As cidades foram divididas em três grupos: os municípios que apresentavam mais de 200 conclusões no curso primário, aqueles com mais de 150 e o terceiro grupo com municípios que apresentavam mais de 120 conclusões. Os municípios incluídos no segundo e terceiros grupos deveriam custear parte das instalações do novo ginásio. Osasco, neste período, pertencia ao município de São Paulo, e portanto, fazia parte do primeiro grupo o que deve ter facilitado a criação do curso secundário no distrito.

Essas medidas foram derrubadas em 1956, pois mesmo com as medidas implantadas, os deputados foram incapazes de deter o processo expansionista, principalmente quando entrava em jogo a manutenção de suas posições de poder, tornando-se muitas vezes agentes eficazes da proliferação de escolas, sobretudo no interior paulista. Entra em cena, neste caso, o poder executivo. Adhemar de Barros, eleito por voto popular em 1947, governou no sentido de ampliar os serviços oferecidos pelo Estado e, portanto, mesmo com dificuldades financeiras, não se opôs à criação de escolas médias no Interior. Segundo Spósito (1992), “os deputados estaduais tiveram possibilidade de criar durante seu mandato, sem restrições, 99 ginásios e 45 escolas normais em todo o Estado de São Paulo.” (SPÓSITO, 1992:108).

O governo seguinte, de Lucas Nogueira Garcez, não deu continuidade à política de seu antecessor, cercando-se de elementos técnicos. No início de sua gestão em 1951, não sancionou lei de criação de escolas secundárias de várias cidades do interior. Manteve durante todo o seu governo uma atitude moderada, em 1954 dez projetos de criação de escolas foram novamente vetados.

Em 1955, temos o governo de Jânio Quadros. Durante a gestão de Carolina Ribeiro a frente da Secretaria de Educação, durante nove meses, foi dada prioridade à resolução dos problemas da escola primária, deixando-se de lado a escola secundária. Segundo Spósito (1992), a crise do ensino primário agravou-se devido a dois fatores: o intenso crescimento populacional e a crise no Convênio Escolar: em 1954 a construção de escolas destinadas ao Estado foi cancelada e inicia-se a composição da rede de ensino primário municipal de São Paulo, em 1956. O governo estadual lançou-se aos desdobramentos das escolas primárias existentes criando-se até quatro turnos e à construção de galpões removíveis construídos com o auxílio da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Com a saída de Carolina Ribeiro da Secretaria, a expansão do ensino secundário é retomada.

Para Beisiegel (2004), o processo de expansão do ensino médio em São Paulo apresenta dois períodos distintos: o primeiro, da década de 1940 a 1960, coincide com o retorno do regime político democrático, a expansão das escolas ocorre a partir de pressões resultante da ampliação da procura de vagas fruto das mudanças sociais e econômicas da sociedade:

...o aumento da importância relativa das populações urbanas sobre as rurais, o aparecimento das novas profissões ligadas a vida urbana e industrial, o desenvolvimento das grandes burocracias públicas e privadas e a abertura de novas perspectivas de mobilidade social vertical, possíveis devido ao aumento relativo de profissões mais prestigiadas socialmente do que os trabalhos manuais urbanos e agrícolas. (BEISIEGEL, 2004:22)

Com essas mudanças, a escola secundária recebe uma nova definição de suas funções, progressivamente, deixa a concepção de formação e encaminhamento propedêutico das futuras elites do país e passa a representar um meio de conquista de “novas posições e ocupações na estrutura social em transformação.” (BEISIEGEL, 2004:22). O curso secundário na realidade, não era suficiente para alcançar o êxito profissional, mas para a população que o procurava significava a condição necessária para a conquista de melhores posições sociais.

Neste primeiro período, as providências para a criação de uma escola secundária oficial eram tomadas pelo agente político no legislativo ou executivo e pendiam conforme as forças ora de reivindicações educacionais da população, ora dos limites impostos pelas condições materiais para a instalação de escolas. A atuação do agente político:

...variou de acordo com a maior ou menor aproximação das campanhas eleitorais, ou, em outras palavras, com o grau de dependência existente no momento entre a manutenção de posições de poder e o atendimento do eleitorado. Nas fases iniciais do mandato a atuação do político aparecia mais comprometida com a racionalização administrativa, alargando-se posteriormente os limites da ação, à medida que se aproximavam as campanhas eleitorais.” (BEISIEGEL, 2004: 22-23).

A escola secundária passa de uma escola seletiva para uma escola comum aberta a todos. Conforme Beisiegel (2004), essa mudança começa a ser definida no final da década de 1960 e marca o segundo período de expansão da escola média, mais precisamente a partir de 1967 com a administração de Azanha no Departamento de Educação da Secretaria de Educação do Estado:

...o modo de realização da evolução da rede de escolas deixa de aparecer como uma decorrência do processo de competição pelas posições de poder e passa a exprimir a opção consciente por uma concepção democratizadora da escola de nível médio, traduzida em uma *política educacional* e uma *prática administrativa* coerentes com os objetivos propostos para a ação do

poder público estadual no campo do ensino. (grifos do autor) (BEISIEGEL, 2004: 24)

Retomando os acontecimentos em Osasco, no ano de 1950, segundo Martim (2001), funcionavam, no Grupo Escolar, 29 classes: dez de 1º ano, sete de 2º ano, seis de 3º ano e seis de 4º ano. Naquele momento, mesmo com um prédio novo, essa escola já possuía uma demanda maior do que sua capacidade. E a solução encontrada para atender o maior número de matrículas era funcionar em três períodos. O que estava de acordo com as resoluções encontradas nesse período para a falta de vagas, conforme vimos anteriormente. Isso indica, conseqüentemente, uma clientela crescente para o ensino secundário, ainda inexistente no distrito.

Outro aspecto a ser considerado no distrito de Osasco foi a escolha pelo curso secundário, apesar da região ser caracterizada pela expansão industrial. Isso pode ser explicado conforme as colocações de Spósito (1992), que:

Para aqueles segmentos populares que conseguiam ultrapassar as barreiras impostas pelo curso elementar, a instrução ginásial era vislumbrada como o melhor caminho para a ascensão social. A opção por esse tipo de escola decorria do maior prestígio que o curso secundário trazia consigo [...].

[...] a educação secundária aparecia como a modalidade de instrução média que apresentava maior garantia de mobilidade ascendente, permitindo o exercício de ocupações socialmente mais valorizadas e melhor remuneração. (SPÓSITO, 1992:220).

Em 02 de janeiro de 1950, a Lei estadual nº 607 criou o Ginásio Estadual de Osasco, que funcionaria no período noturno no mesmo prédio em que durante o dia funcionava o Grupo Escolar. Reiterando com Beisiegel, a partir de 1945, a criação de um ginásio oficial ficou sob a dependência da promulgação de lei aprovada na Assembleia Legislativa do Estado; foi a partir desse momento, com a ação dos deputados, que o processo de expansão das possibilidades de acesso à escola secundária pública, principalmente o ginásio, foi iniciado em São Paulo

Essa alternativa de criar cursos secundários noturnos que ocupavam o mesmo espaço do curso primário foi uma estratégia administrativa do Executivo para dar conta da demanda por educação no estado paulista e para garantir a expansão do ensino público. Esse expediente começou a ser utilizado no governo de Adhemar de Barros, promovido pelos deputados e ganhou grande expressão no governo de Jânio Quadros, ambos seguiram uma orientação populista de administração. Ou seja, suas ações tinham um caráter ideológico de garantir um certo controle das relações de poder num arriscado jogo de ceder às pressões populares com o

objetivo de se manter no poder. Isso fica evidente quando pensamos da trajetória política de Jânio Quadros que partindo da condição de vereador chegou a presidente da República. Na educação essas ações populistas tornavam acessível uma modalidade de ensino (por exemplo, secundário) que, por suas precárias condições de instalação, não poderia cumprir a função desejada de ascensão social para a maioria da população, mas apenas para aqueles que se adequavam, de alguma forma, à cultura escolar do período. Em contrapartida, temos o fato que foram graças a essas ações, que a rede de ensino paulista se expandiu e na década de 1970 permitia o acesso de quase a totalidade da população.

Não podemos nos esquecer que a sociedade estava em plena transformação, o interesse pela escolarização foi fruto da aceleração do crescimento urbano, desenvolvimento da industrialização, expansão do comércio e dos serviços. A partir da década de 1940, ocorreram muitos esforços dedicados à extensão do ensino primário e depois do ensino secundário nas áreas urbanas e rurais.

Em Osasco, as etapas de instalação do ensino secundário estadual foram descritas por Sonia Regina Martim (2006): a lei de criação do ginásio data de 1950 e sua instalação ocorreu em 1951, juntamente com a autorização para funcionar como colégio. As inscrições para os exames de admissão ao ginásio foram abertas em 1952. O ginásio funcionava para frequência masculina e feminina no horário das 18:50 às 22:50. Em 1953 já funcionava uma classe de primeiro ano científico misto (2º ciclo do secundário).

Aqui começou a história da primeira escola secundária pública do distrito de Osasco, denominada em 1952 de Colégio Estadual Antônio Raposo Tavares (CEART). Em 1953, toma posse a primeira diretora efetiva dessa escola secundária. Percorrendo as atas de reuniões dessa época, podem ser destacadas preocupações com a organização da escola, ou seja, discute-se sobre os atrasos de professores e alunos e a necessidade da imposição de regras, a organização de sabatinas, padronização dos diários de classe, organização dos calendários de provas, discussões sobre a inadequação de certas metodologias como ditar pontos aos alunos, comparecimentos à festas e solenidades promovidas pela direção e outras pautas.

Em meio aos livros de atas de reunião, encontramos um documento mimeografado (sem data e autoria), que traçava a cronologia dos principais atos normativos que criaram e alteraram as configurações da escola: de ginásio estadual para colégio e as mudanças na direção da escola que ao longo de treze anos, passou por três diretores. Com o depoimento do

ex-diretor da escola<sup>13</sup>, foi esclarecido que essa lista foi elaborada em 1968, por ocasião da comemoração do aniversário da escola.

O professor mostrou um encarte com a legislação de todas as leis de criação do colégio organizadas em ordem cronológica desde 1950, o folheto foi confeccionado em 1968 para comemorar o dia do colégio em 28 de outubro.(Entrevista com o ex-diretor da escola na década de 1960)

Figura 2 – Documento mimeografado sobre a cronologia da escola:

HISTÓRICO DO COLÉGIO	
2-4-1950	— A Lei 605 -- Cria o Ginásio Estadual de Osasco
29-1-1951	— A Lei 968 -- Cria o Colégio Estadual de Osasco
31-1-1952	— Assume a direção a Sa. Profa. Araci Ferreira Leite primeira Diretora do novo Estabelecimento.
Março de 1952	— Instalação e início do funcionamento do Curso Ginásial, no prédio do Grupo Escolar «Marechal Bitencourt»
19-5-1952	— Assume a direção a Professôra Helena de Arruda Ramos
25-9-1952	— Por Decreto nº 21.726 o Estabelecimento, passa a denominar-se Colégio Estadual «Antônio Rapôso Tavares»
Março de 1953	— Instalação e início do funcionamento do «Curso Colegial Científico»
31-3-1953	— Posse do Prof. Alcyr Oliveira Porciúncula -- Primeiro Professor efetivo do Estabelecimento, nomeado por decreto de 19/3/1953, publicado no D. O. de 25-3-1953.
1-9-1953	— Assume a direção, efetivo no cargo, o Prof. Nilo Magalhães Ribeiro.
16-4-1959	— Assume a direção, como substituto, o Prof. Onésimo de Moura Müzel.
19-1-1960	— Nomeado para a direção do Colégio o Prof. Mário Carneiro de Melo que não chegou a exercer essas funções por se achar comissionado no Departamento de Educação, continuando à testa do Estabelecimento o Prof. Onésimo de Moura Müzel.
19-3-1963	— Início das aulas no novo prédio construído especialmente para o «CENEART». Instalação do Curso Colegial Clássico.
4-8-1963	— Assume a direção em caráter efetivo, o Prof. Walter Sylvio Dôminas, que se encontra em exercício até a presente data.

Fonte: Arquivo morto da escola.

A Lei nº 607/1950, que criou do Ginásio Estadual Osasco, estabelecia condições para a implantação dos ginásios:

Artigo 2º - O funcionamento dos ginásios ora criados depende da oferta ao Estado, por parte dos municípios interessados diretamente ou por intermédio da população ou quaisquer entidades ou pessoas, dos respectivos edifícios, com todas as instalações e aparelhamentos necessários, de acordo com a legislação do ensino<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Informação fornecida pelo ex-diretor da escola na década de 1960 em depoimento colhido em novembro de 2009, por meio de gravação digital, Relato D – Apêndice A.

<sup>14</sup> Lei nº 607, de 2 de janeiro de 1950, estabelece a criação de ginásios estaduais em cidades do interior do Estado. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1950.



A listagem apresentada acima, das leis que deram origem à escola, provoca a impressão de um processo rápido, mas devemos considerar que se o ginásio foi criado em janeiro de 1950, o primeiro exame de admissão e a posse da primeira diretora só ocorreram dois anos mais tarde. Esse tempo de espera para uma localidade que não contava com ensino secundário deve ter provocado mobilizações.

Segundo Martim (2006), a região central do distrito de Osasco ainda contava apenas, em 1950, com o ensino público do grupo escolar e o colégio das freiras voltado para as meninas. Foi somente com a lei de criação do ginásio estadual (Lei 607), que o colégio das freiras, Colégio Nossa Senhora da Misericórdia, optou pelo curso secundário e realizou seus primeiros exames de admissão, em 1951. O Colégio Técnico Duque de Caxias, particular que oferecia o ensino técnico comercial, foi fundado em 8 de maio de 1950. Ou seja, segundo Martim (2006), foi somente com a criação do ginásio estadual que surgiram opções de ensino secundário.

Foto 8: Ginásio Duque de Caxias, localizado à Rua Primitiva Vianco. Atualmente, no local, foi construída a Galeria Fuad Auada



Fonte: Câmara Municipal de Osasco

Disponível em: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs1/099.htm>

Conforme os estudos desenvolvidos por Spósito (1992) a iniciativa particular cobria a insuficiência do ensino público, aproveitando-se de uma demanda que não era atendida. No caso de Osasco, o que aconteceu foi um pouco diferente, apenas com a possibilidade de instalação do curso secundário oficial surgiram as oportunidades educacionais patrocinadas pelo ensino privado, indicando que pretendiam aproveitar a demanda que surgia com o ensino secundário público.

Pelo número de alunos do grupo escolar podemos deduzir que na região havia muitos diplomados no ensino primário, quem possuía uma condição de vida melhor, procurava os cursos secundários oferecidos nos bairros vizinhos a Osasco como a Lapa, Pinheiros e

Perdizes. Com a possibilidade de um ginásio no distrito, abre-se a oportunidade de se estudar mais perto de casa e do trabalho.

Assim, conforme Spósito nos esclarece, o crescimento industrial provoca o crescimento da demanda da força de trabalho, não só industrial, mas também de serviços públicos, privados ou autônomos, ou seja, não apenas no setor secundário da economia, mas também no setor terciário. Em Osasco, uma região industrial, as oportunidades abertas foram um curso secundário e o ginásio técnico de comércio. Isso pode ser explicado pela busca de ascensão social que o curso secundário poderia promover com o acesso ao curso superior e, o curso comercial, que garantia empregos em áreas administrativas das empresas, como o setor dos escritórios.

Enfim, conforme o segundo artigo da Lei 607, era prerrogativa para a instalação do ginásio, a existência de um edifício e de condições materiais necessárias ao processo educativo. O edifício que seria utilizado era o mesmo do grupo escolar e as condições materiais foram concedidas pelo prefeito de São Paulo (Armando de Arruda Pereira), por meio de um ofício encaminhado apenas em maio de 1951. No entanto, devido o adiantamento do ano letivo, a instalação do ginásio foi adiada para o ano de 1952, quando inclusive, já havia autorização para a instalação do colégio estadual.

Conforme Werner (1981), em sua obra “Raízes do Movimento Operário em Osasco”, em 1950, quando foi criado o ginásio estadual, abre-se a oportunidade de pessoas que tinham abandonado a escola de retornar ao estudo, imprimindo uma característica importante para a escola, a de que ao lado de alunos novos, ingressavam também alunos mais velhos, que já estavam inseridos no mercado de trabalho:

[...] Quando, em 1950, se abre o curso noturno, em Osasco, do primeiro Ginásio Estadual, o GEART (Ginásio Estadual Antonio Raposo Tavares), estarão presentes filhos e netos dos imigrantes. Eles irão compor boa parcela da clientela do ginásio, como operários-estudantes, trabalhando durante o dia e estudando à noite; os parceiros de classe eram muitas vezes pais-filhos; tios-sobrinhos (homens e mulheres). Os exames de admissão ao ginásio registravam as idades dos pretendentes às vagas, que iam desde os 13, 14 anos até 40 anos ou mais. (Werner, 1981: 61)

A leitura das atas escolares e as informações que circulam entre as pessoas que estudaram e trabalharam na escola recolhidas, em conversas informais, indicam que a presença de alunos mais velhos caracteriza a escola de maneira peculiar. Como pessoas mais experientes, que já atuavam no mercado de trabalho, a participação na sala de aula era ampliada, pessoas que são responsáveis pela subsistência da família não vão para a escola

para “brincar”, conforme a opinião dos interlocutores com os quais conversei, exigem respeito e responsabilidade assim como oferecem o mesmo em contrapartida. As atividades escolares eram consideradas tarefas importantes, a participação nos eventos era enfrentada com responsabilidade. Essas atitudes colaboraram para que a escola fosse considerada como uma escola de qualidade, a medida que, irradia a imagem de uma instituição comprometida com sua função. Os alunos mais velhos da escola média, com o advento do ensino supletivo, deixaram de frequentar a escola, no entanto, isso não aconteceu com o curso de formação de professores, no qual a presença de alunas acima da idade/série sempre foi constante, em maior ou menor quantidade, conforme o período.

Esses relatos que, ainda hoje, circulam sobre uma escola comprometida e com grande participação de alunos que já atuavam no mercado de trabalho, nos ajudam a esclarecer nossa quinta questão, ou seja, entender porque essa escola era benquista pela população e por sua comunidade. Um dos fatores que iluminavam seu cotidiano era a presença desses alunos mais velhos comprometidos com a escola que colaboravam com a propagação de valores que traziam no seu bojo a participação e o envolvimento não só nas questões escolares, mas em questões que envolviam a própria região.

Essa imagem de escola comprometida com a função de ensinar, criada e recriada pelos sujeitos mais velhos dessa experiência socioeducacional, manteve-se ao longo dos anos e pode ser sentida pelos relatos de ex-alunas<sup>15</sup>, que disseram que os pais escolheram a escola por avaliarem como uma boa instituição:

*...eu não conhecia muito, porque quando eu saí de Osasco eu era pequena, eu só conhecia a região do Vila Yara. Quando eu voltei, minha mãe conhecia o CENEART. Eu voltei e não queria fazer o magistério. [...] ...a mãe como professora acabou induzindo: “você nunca vai ficar desempregada enquanto professora, ganha mal mas nunca vai ficar desempregada”. Então, eu decidi tentar e se não gostasse iria procurar outra coisa.*

(Relato F- depoimento de ex-aluna, Apêndice A, )

*Na verdade, meu pai... Meu pai sempre gostava de influenciar nessas coisas, até na faculdade, também... [...] ...ele disse: “Já que você quer ser professora, quer fazer o magistério, eu sei que o CENEART é uma escola tradicional, é uma escola muito boa, tal e tal...” Foi ele que fez minha inscrição lá e tudo... (Relato J - depoimento de ex-aluna - Apêndice A)*

---

<sup>15</sup> Informações colhidas em depoimento concedido por ex-alunas, gravação de voz em aparelho digital, organizadas como relatos disponível no Apêndice A como Relato F, ex-aluna no final dos anos de 1990, e Relato J, ex-aluno do início dos anos de 1980.

Em março de 1953, há a instalação e o início do funcionamento do Curso Colegial Científico e, nesse mesmo ano, a posse do primeiro professor efetivo do estabelecimento, o professor de artes Alcyr Oliveira Porciúncula. Segundo o depoimento do professor de Biologia<sup>16</sup>, que cursou a primeira turma do curso colegial da escola, a turma não era grande. Ele, como outros, vieram transferidos de cursos secundários que funcionavam em bairros como a Lapa e Pinheiros.

Em 1954, conforme podemos observar no livro de atas de reunião deste ano, foi programado para o “Dia da Escola – 27 de agosto”, uma homenagem ao professor Alfredo Gomes<sup>17</sup> por ter sugerido ao governador do Estado o nome do bandeirante Antonio Raposo Tavares para a escola. Infelizmente, devido o luto oficial do país pelo falecimento do Presidente da República Getúlio Vargas, a cerimônia foi abreviada e restrita a pequenos discursos sobre a escola e o bandeirante.

Em 1955 formou-se a primeira turma do colegial, com apenas seis alunos, dos quais, pelo menos quatro continuaram seus estudos formando-se médico, advogado, e professor, e um que chegou a ser vereador do município. Iniciava-se a consolidação da imagem da escola como uma instituição comprometida com as necessidades da futura cidade.

Em 1952, talvez embalados pelos movimentos emancipacionistas, do período, de muitas regiões como São Caetano do Sul que se separou de São Bernardo do Campo, e, Barueri que se separou de Santana do Parnaíba, a SADO (“Sociedade Amigos do Distrito de Osasco”) movimentava-se a favor da emancipação político administrativa de Osasco. Esta região recebera a instalação de novas indústrias, a migração (nordestina e do sudeste do país) foi intensificada, surgiram novos loteamentos ocupando espaços periféricos do distrito, porém essas mudanças não foram acompanhadas de melhorias na qualidade de vida, não havia rede de água e muito menos de esgoto, a rede elétrica era restrita a região central, o número de escolas era pequeno. As conquistas de melhorias para a região eram lentas e exigiam muita persistência da SADO.

Essas condições alimentavam o desejo pela emancipação que nasceu após inúmeras solicitações para a prefeitura de São Paulo para melhoria da região, principalmente, dos moradores da área central (representados pela SADO) que percebiam que o dinheiro

---

<sup>16</sup> Informação colhida no depoimento concedido pelo professor à escola para “o aniversário de 50 anos de CENEART”, gravação em vídeo encontrada no acervo audiovisual da escola, organizado como Relato E no Apêndice A

<sup>17</sup> O professor Alfredo Gomes era ex-presidente da Associação Paulista de Professores Secundários e da Sociedade Beneficente de Professores e Auxiliares de Administração e também foi diretor de entidades de classe como a União de Professores de Educação e Ensino e Associação Paulista de Educação, e lançou a campanha pela oficialização do “Dia do Professor” a 15 de outubro, no Estado de São Paulo. (Informação disponível em <http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu15.asp>. Capturada em 22/11/2009.)

arrecadado pelos altos impostos pagos pelas indústrias e pelo comércio não era revertido em melhorias para a região.

Neste mesmo ano, segundo Martim (2006: 60), foi realizada uma grande reunião com a presença dos deputados Jânio Quadros, Scalamandrê Sobrinho e Hilário Torloni que pretendiam prestar esclarecimentos sobre a emancipação: procedimentos legais, verbas necessárias, entre outros. Ficou estabelecido que seriam abertos “Livros de Ouro”, um para o comércio e indústria e outro para os moradores, para a arrecadação de fundos para a campanha. É interessante observar a trajetória percorrida por Jânio Quadros: neste momento, enquanto deputado estadual, está à favor da emancipação.

Foi organizado um plebiscito pela emancipação, em 1953, mas essa não era uma discussão que envolvia todos os moradores: muitos estavam alheios aos debates que aconteciam no bairro central e outros eram contrários (denominados pelos emancipadores, de “a turma do não”). No plebiscito houve a vitória daqueles que eram contrários. Esse fato ficou conhecido como “a vitória do não”. Além disso, agora Jânio Quadros era prefeito de São Paulo e, segundo Coelho (2004:101), passou “...a ferrenho opositor do movimento por saber que perderia grande parte dos impostos para o novo município.” Basta lembrarmos da quantidade de indústrias localizadas em Osasco que já listamos neste texto.

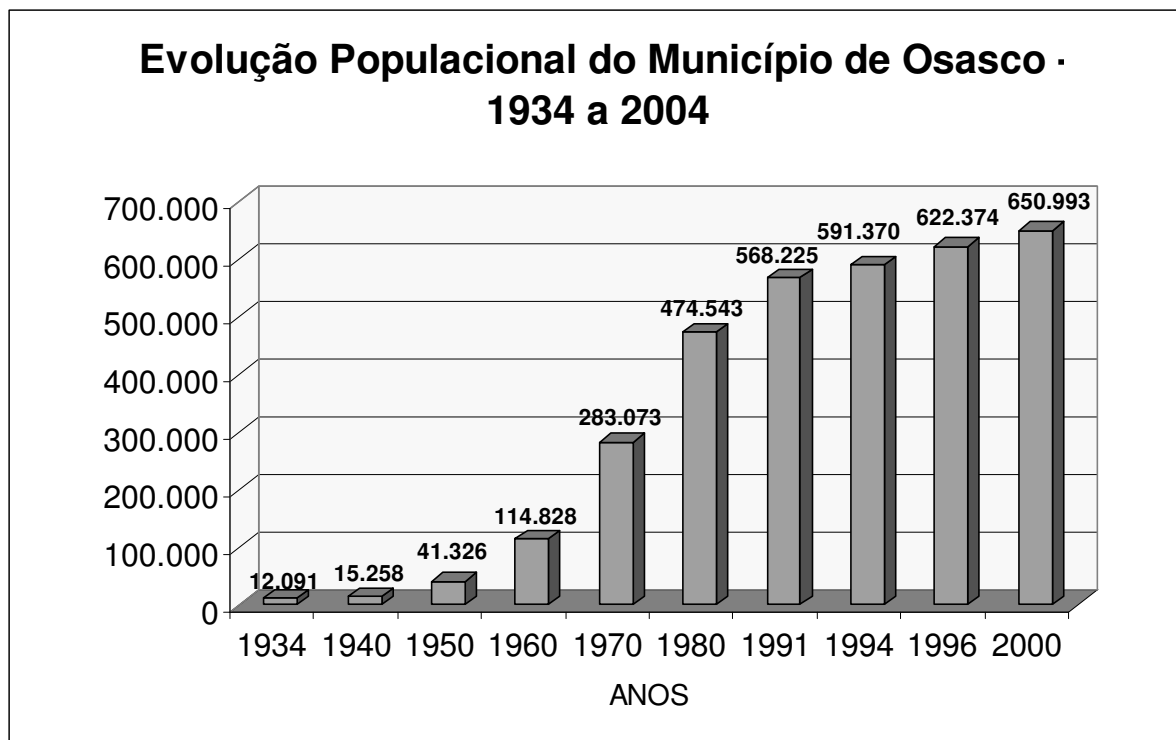
A turma do “não” também era conhecida como a turma do “cartório”. Segundo explica Coelho (2004: 101), a família Prado, dona do cartório, temia perder seu monopólio com a autonomia de Osasco. Os autonomistas acusaram o resultado do pleito como fraudado, já que as urnas passaram a noite no cartório, mas, infelizmente, o próximo plebiscito só ocorreria depois de decorridos cinco anos.

Em 1953, um novo investimento no setor terciário ocorre em Osasco: a instalação da matriz do Banco Brasileiro de Descontos, ou melhor, Bradesco, em um local que ficou conhecido como “Cidade de Deus” (área 13 no mapa de Osasco apresentado). Além de iniciar o desenvolvimento de um novo setor da economia de Osasco, sua influência se fará sentir em vários aspectos da região. No caso, muitos alunos do CEART passaram a trabalhar na matriz.

Coelho (2004) relata que Osasco se tornou uma região com função residencial e industrial ao mesmo tempo. Muitos trabalhavam no distrito, mas existiam outras regiões que também ofereciam empregos, principalmente, na área de influência da estrada de ferro, não tão distante de Osasco. Assim, ao mesmo tempo, que a escola recebe alunos moradores de seu entorno, também recebe alunos trabalhadores que trabalham nas indústrias e no comércio e ao término de seu turno de trabalho, frequentam a escola.

Podemos perceber o crescimento populacional da cidade de Osasco a partir dos dados levantados por Coelho (2004: 105):

Gráfico 1 - Evolução Populacional do Município de Osasco



Fonte: COELHO, M.I.Z. Osasco: história e identidade. São Paulo/Osasco:FITO, 2004:105.

É interessante observar o salto populacional de 1950 para 1960 e de 1960 para 1970, que ultrapassou o dobro. Foi a época da instalação das indústrias de grande porte, do aumento da migração. Longe da luta pela emancipação, as regiões mais afastadas do centro do distrito sofriam com a ocupação desordenada, a falta de transportes e de redes de esgoto, a água utilizada era retirada de fontes e poços cavados com técnicas rudimentares, as ruas eram de terra e não havia iluminação.

Em 1957, a SADO retoma os trabalhos para a emancipação, pois após o plebiscito de consulta da população sobre a separação do distrito do município de São Paulo era determinado por lei que cinco anos deveriam ser transcorridos. A primeira consulta foi realizada em 1953, o novo plebiscito só poderia ocorrer em 1958. Muitas pessoas trocaram de posições. A “turma do sim” conquista um grande opositor, Antonio Menck (correligionário de Jânio Quadros), que era uma das pessoas mais ricas e influentes do distrito. Jânio Quadros, agora governador do estado de São Paulo, passa a ser a favor da emancipação novamente.

Os emancipadores passaram a envolver a população, realizaram reuniões, comícios, distribuíram panfletos, realizavam entrevistas à imprensa, frequentavam a Assembleia

Legislativa atrás de apoio e conseguiram o patrocínio do deputado Anacleto Campanella (de São Caetano do Sul). Agora, o movimento consegue a participação de sindicalistas: metalúrgicos, ferroviários, comerciários e bancários.

A “turma do não” também consegue apoio de Adhemar de Barros, prefeito de São Paulo, que se coloca contra a emancipação. Entre os argumentos contrários à conquista da municipalidade aparecem: Osasco deixaria de pertencer à capital e seus moradores se tornariam “caipiras”, cessariam os serviços de transportes (ônibus) para São Paulo que eram, unicamente, realizados pela Companhia Municipal de Transportes Coletivo (CMTC) e as passagens ficariam mais caras, os impostos seriam aumentados, haveria desvalorização imobiliária, entre outros.

A campanha pelo “sim” tentava derrubar esses argumentos. Em um panfleto, por exemplo, aparece impresso a arrecadação que a prefeitura fazia da região de Osasco e depois era feita a pergunta: “Para onde foi o dinheiro?” (COELHO, 2004: 114). Houve grande penetração da campanha do “sim” nos meios estudantis. Os estudantes secundaristas militantes, muitos pertencentes ao CEART, faziam passeatas. Segundo Miranda (1987) alguns estudantes iam a assembleias em bairros e explicavam o que significava a emancipação para o grupo reunido.

Finalmente, em dezembro de 1958, o “sim” ganhou. A oposição acusou que houve fraude. Iniciou-se, então, uma verdadeira batalha jurídica para garantir a emancipação. O plebiscito foi referendado pela Assembleia Legislativa paulista através da Lei 5.121, de 31 de dezembro de 1958, sancionada pelo governador Jânio Quadros. Porém Adhemar de Barros, junto com o deputado André Nunes e o Sr. Lacides Prado, dono do cartório de Osasco, impetrou um recurso contra o plebiscito na Assembléia Legislativa, que o ignorou.

Inconformado, o prefeito de São Paulo, impetrou um mandato de segurança junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo para que a Assembleia Legislativa apreciasse e julgasse o recurso. Como o tribunal de São Paulo negou o pedido, Adhemar de Barros recorreu ao Supremo Tribunal Federal, que determinou o julgamento pela Assembleia Legislativa.

As eleições de outubro de 1959 para prefeito e vereadores de Osasco foram canceladas. O recurso foi apreciado e julgado em outubro de 1960, confirmando a posição de Osasco como município. A UDN pediu ao Tribunal Regional Eleitoral, uma data para as eleições de Osasco, no entanto, este não acatou o pedido gerando mais um recurso junto ao Tribunal Superior Eleitoral, que reconheceu definitivamente a emancipação.

Conforme Coelho (2004), as eleições foram marcadas para dois de janeiro de 1962, mas o novo prefeito de São Paulo, Prestes Maia, recorre ao judiciário para impedir o pleito.

Em Osasco, começa uma grande manifestação: o comércio fecha as portas em sinal de luto, títulos de eleitores são recolhidos e ameaçados de serem queimados. Os estudantes secundaristas organizaram uma caravana para a Assembleia Legislativa para exigir dos deputados um compromisso que visasse uma rápida solução para o caso, além disso, participaram da grande passeata em favor da emancipação para São Paulo e, em Osasco, com um caixão fizeram o “enterro do não”. Alguns dos emancipacionistas foram até a pira do Museu Paulista recolher o “fogo da liberdade” e acenderam uma pira simbólica no Largo de Osasco (defronte a estação de trem) cujo fogo só seria apagado quando a autonomia fosse confirmada. Foi organizada uma assembleia permanente no salão paroquial.

Foto 9- Manifestação Pró-Emancipação



Fonte: Câmara Municipal de Osasco

Disponível: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs2/164.htm>

Segundo Martim (2006: 85), o Supremo Tribunal Federal ratificou a lei que criava o município de Osasco e, em 4 de fevereiro de 1962, finalmente, ocorreram as eleições. O prefeito eleito, Hirant Sanazar, tomou posse em 19 de fevereiro de 1962. Essa data foi considerada como o dia da emancipação do município de Osasco.

Os estudantes secundaristas de Osasco à época, embalados pelas lutas emancipacionistas, criaram em 1962 a União de Estudantes de Osasco (UEO), como essa foi dissolvida pelo regime militar de 1964, foi criado então, o Círculo Estudantil de Osasco (CEO). Essas entidades estudantis tinham uma estreita relação com o movimento operário local e com a dinâmica da política do município recém emancipado. Um exemplo disso, foi a escalada do vereador Gilberto Port, ex-aluno do CEART e ex-presidente do Grêmio, foi eleito



presidente da UEO, em 1963, e com o apoio dos estudantes, vereador na primeira magistratura da Câmara Municipal. Havia, portanto em Osasco, uma identificação dos estudantes com o operariado, pois muitos deles trabalhavam nas indústrias e participavam dos movimentos sindicais, conseqüentemente, a ação estudantil secundária em Osasco estava muito mais próxima das preocupações operárias e com a atuação do político local. Assim, conforme Martim (2006), com a intervenção nos sindicatos, muitos estudantes que eram operários passaram a discutir sobre as questões operárias na entidade estudantil, que passou a marcar a resistência ao golpe militar.

Durante a campanha de emancipação de Osasco do município de São Paulo, ainda existia apenas um ginásio estadual, CEART, que ocupava no período noturno o mesmo prédio do Grupo Escolar Marechal Bittencourt. Segundo Miranda (1987), caberiam uns duzentos, trezentos alunos, se tanto. O ensino médio era completado por duas outras escolas particulares (Duque de Caxias e o Colégio Nossa Senhora da Misericórdia). Às vésperas do plebiscito final, em 1958, instalou-se o Ginásio Estadual de Presidente Altino (G.E.P.A.), e o 2º Grupo Escolar de Osasco (mais tarde chamado de José Liberatti), mas as vagas continuavam insuficientes.

Com toda aquela atividade agitada descrita nos parágrafos anteriores que ocorria na parte central do distrito de Osasco, a participação dos alunos, sobretudo aqueles que compunham o Grêmio e dos professores que moravam em Osasco, tornou o CEART um exemplo de luta e compromisso para os moradores do distrito, principalmente, para aqueles que de alguma forma vivenciavam a rotina do centro do distrito.

Em Osasco, a instalação do curso secundário na década de 1950, também pode ser explicada pela busca de ascensão social. Segundo Martim (2006), o curso secundário em Osasco deu oportunidades àqueles que buscavam ascensão social de se lançar na sociedade, pois com uma elevação intelectual, ingressavam na elite local: “Só se projetava na sociedade entrando no ginásio” (Martim, 2006: 40). De fato, segundo Miranda (1987), muitos estudantes secundaristas se projetaram politicamente na cidade, principalmente com a criação da UEO. Alunos que almejavam uma carreira política não podiam deixar de participar dos grêmios e da União Estudantil. Gilberto Port, por exemplo, foi presidente do grêmio no CENEART na década de 1950 e conseguiu se eleger vereador, com o apoio dos estudantes, na primeira eleição do município. Francisco Rossi, que foi presidente da CEO e aluno do CENEART na década de 1960, chegou a ser eleito prefeito da cidade por duas vezes.

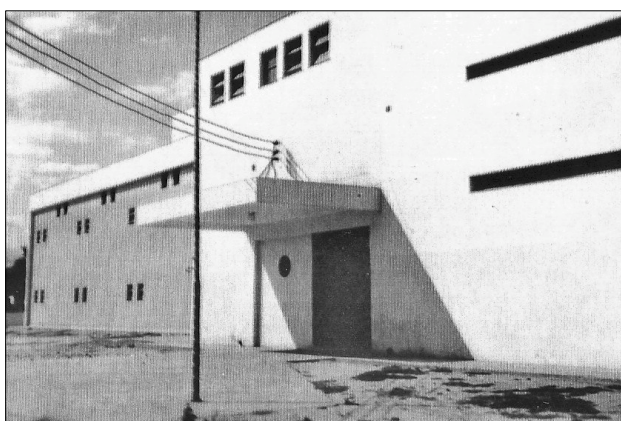
Essa participação intensa dos alunos nos movimentos sociais e políticos da região ocorria à noite. Eram os alunos do período noturno, muitos já trabalhadores, que mantinham o

grêmio ativo, promoviam bailes típicos dessa época, montaram um jornal “O Bacamarte” e o “Raposão” com posicionamentos críticos da realidade.

Foi durante a campanha de consolidação da emancipação, de 1958 a 1962, quando finalmente foi realizada a primeira eleição para a municipalidade de Osasco, que o governo estadual desapropriou um terreno próximo à estação de trens de Osasco e construiu um prédio próprio para o primeiro colégio estadual da região.

Quando foi inaugurado, o prédio para o CEART estava assim construído:

Foto 10 - Fachada do Colégio e Escola Normal Estadual Antonio Raposo Tavares em 1963.



Fonte: Arquivos da escola.

Observando a fachada da escola nesta fotografia, não se remete às imagens das construções escolares do início do século XX. Em conversas informais, muitos professores chegam a duvidar que o prédio tenha sido construído com o objetivo de ser escola. Para eles, o prédio sisudo, sem ornamentos, de construção retilínea e simples, lembra uma indústria, talvez refletindo a vocação industrial da cidade de Osasco. Na verdade, sabemos que o terreno foi desapropriado para a construção do colégio, e portanto, a construção era de uma escola que seguia os padrões do plano de ação do governo estadual. Segundo o depoimento recolhido do ex-diretor em entrevista gravada<sup>18</sup>, o prédio foi entregue como pode ser visto na fotografia, sem mobiliário, sem nada.

Foram feitos apelos para a comunidade para conseguir os materiais necessários para o início dos trabalhos educativos. Os alunos traziam caixotes recolhidos do mercado municipal de Osasco (de frente a escola) para sentarem durante as aulas. Não haviam sido designados funcionários para a nova escola. Infelizmente, isso não era um caso isolado na rede de ensino.

---

<sup>18</sup> Relato do ex-diretor da escola (década de 1960), colhido por meio de entrevista registrado em gravador de voz: Relato D – Apêndice A.

Um dos primeiros problemas abordados na primeira reunião pedagógica no novo prédio foi a questão da limpeza. Professores da manhã disseram que faziam uma campanha junto aos alunos para manter as salas de aula limpas, mas que precisavam de colaboração do noturno. Essas colocações causaram um grande celeuma entre os professores, um turno passou a acusar o outro pelos problemas, mas com o tempo tudo foi se acalmando, chegaram à conclusão que o governo devia nomear funcionários suficientes para as várias funções deficientes na escola. Um professor propôs que fossem dados prêmios para os alunos, mas foi lembrado que “a pedagogia moderna é contra o primeiro aluno e sim a favor do grupo ou equipe”.<sup>19</sup> Foi então nomeada uma comissão de professores para apresentar um anteprojeto para os prêmios.

Neste mesmo ano, o diretor conseguiu realizar com o apoio dos professores um festival em benefício do Órgão de Cooperação Escolar, da própria escola, para cobrir suas dívidas. Ficou decidido que a data seria 27 de outubro de 1963, no Cine Glamour, com a participação apenas dos alunos do colégio.

Em 1964, o início das aulas foi adiado para o dia nove de março em virtude da falta de funcionários no estabelecimento. Os problemas continuavam, uma doação de cadeiras e carteiras foi realizada pela prefeitura de Osasco, o Banco Bradesco também doou materiais de escritório. Pouco a pouco a escola foi se compondo em seu novo endereço.

No final desse ano ocorre a instalação do curso de formação de professores primários (CFP), acrescentando-se à instituição, o título de Escola Normal, ou seja, CENEART (Colégio e Escola Normal Estadual “Antonio Raposo Tavares”). As outras nomeações como Escola Estadual de Segundo Grau (E.E.S.G. – década de 1970) ou de Primeiro e Segundo Grau (E.E.P.S.G. – década de 1980/90), não fizeram diferença, a escola permaneceu conhecida como CENEART.

Após essas mudanças de nomenclatura, nos documentos oficiais, a escola imprimiu em seu timbre ao lado de seu nome, a expressão “ex-CENEART”. Mas, em anos recentes, vivenciei na escola uma espécie de recusa do nome CENEART, por parte de algumas pessoas que ingressavam na escola (professores, corpo administrativo), pois argumentavam que este seria um tipo de “apelido da escola” e não seu nome verdadeiro: E.E. “Antonio Raposo Tavares”. Isso desencadeou uma reação por parte dos funcionários mais antigos e ex-alunos que retornaram à escola como profissionais: passou-se a buscar a “memória da escola”, resultando na formação de um grupo de professores que se uniram na tentativa de pesquisar o

---

<sup>19</sup> Livro de atas de reuniões pedagógicas, reunião de 1 de junho de 1963. Encontrado no Arquivo Morto da escola.

passado da escola e organizar um arquivo sobre sua história, porém devido às intempéries do dia a dia escolar, esse grupo acabou se fragmentando.

Conforme a análise das fontes, sobretudo os depoimentos, podemos concluir que a escola desenvolveu, entre os anos de 1950 e 1960, uma dinâmica diferenciada em sua história, pois, além do compromisso e o rigor com as avaliações, os alunos tinham oportunidade de ultrapassar os limites da sala de aula: podiam frequentar a escola fora de seu horário de aula; ir à biblioteca para ler e estudar; era comum fazer grupos de estudo e visitar a Biblioteca Municipal de São Paulo; a escola promovia o envolvimento do alunado com peças teatrais, não só as apresentando na escola, como visitando teatros; fazia-se estudos do meio visitando locais de interesse cultural; eram patrocinados bailes, eventos beneficentes; campeonatos culturais (como o festival de música estudantil e a feira de ciências) e esportivos.

Os professores por sua vez, estavam atentos às ações dos alunos, incentivavam e participavam dos eventos promovidos pela escola, proferindo palestras, organizando apresentações. Mantinham o rigor nas aulas, exigindo posturas, compromissos e responsabilidades. Compunham a Congregação, uma instituição da escola, e por meio dela sugeriam melhorias para a escola e para o processo educativo. A escola agia sobre a cidade e era vista por ela.

Em 17 de março de 1965, iniciaram-se as aulas do curso de Formação de Professores Primários, inaugurando uma nova etapa na escola. Durante os anos que se seguiram, essa modalidade de ensino foi marcada por inúmeras reformulações que foram alterando a sua identidade.

Na década de 1960, a Escola Normal Secundária no Colégio Estadual “Antonio Raposo Tavares” foi implantada devido ao que parece, à demanda e à necessidade de professores na região. Conforme os estudos de Spósito e Beisiegel, tem-se um período de grande expansão do ensino da escola primária e secundária na educação paulista. Com a instalação da nova prefeitura, houve também em Osasco, uma grande expansão da rede estadual de ensino na estrutura então vigente.

A escola possuía um grande número de alunos matriculados, o que trazia a esperança de que conseguindo uma vaga, era possível almejar uma condição econômica melhor. Além disso, não havia limite de idade para matrícula durante, pelo menos, os primeiros quinze anos de sua existência. Isso permitiu a admissão de alunos que já estavam inseridos no mercado de trabalho e que participavam ativamente dos movimentos sociais como, por exemplo, a luta pela emancipação a partir de 1958. Os alunos mais jovens participavam de concursos culturais e esportivos laureando a escola com inúmeros troféus e reconhecimento que ultrapassava os

limites regionais. Esses fatos permitem apurar o quanto essa escola foi importante para aqueles que a vivenciaram de alguma forma e o que a fez tão bem reconhecida no município.

O relato construído a partir das questões apresentadas pela escola em Osasco mostra que as atividades que essa realizava, ultrapassando os seus muros, os destaques que os alunos conseguiam em suas participações em concursos e campeonatos, a participação de grupos de alunos em manifestações políticas (emancipação) garantiram o fortalecimento do nome da escola junto a população que a considerava como uma escola de boa qualidade.

Podemos analisar também, que esta visão de sucesso da escola não era dada somente para um nível ou modalidade de ensino, mas todos compartilhavam da mesma posição de destaque: o ginásio, o colégio, a escola normal e o curso primário anexo. Isto confirma a ideia de que para compreender a visão de destaque dada, ao longo dos anos, para o curso normal da escola, é preciso analisar as relações da escola como um todo. Também, podemos perceber que a luta pela emancipação influenciou a expansão educacional na região, tanto na instalação do segundo ginásio no distrito como na construção de um prédio próprio para o colégio e depois, já como município, na instalação da Escola Normal e de outros cursos secundários (ginásios).

Reiterando, além da proximidade temporal entre a luta pela emancipação, dos anos 50, a construção do prédio para o ensino secundário, em 1963, a criação da Escola Normal e do Curso primário anexo, em 1964, podemos supor que esses equipamentos da rede de ensino foram resultantes da movimentação pela autonomia da cidade, pois a região os conquistou num curto intervalo de tempo.

Decorrente dessas análises, conforme a terceira questão deste estudo que questiona sobre as razões da implantação da Escola Normal no novo município, apreende-se que na década de 1960, havia um plano de expansão da rede escolar promovido pelo governo estadual que possibilitou a construção do prédio para a escola secundária e a criação do curso de formação de professores, mas isso também foi impulsionado pelo movimento emancipacionista que ganhou grande expressão da população após 1958, como vimos no decorrer desse capítulo.

Além disso, a procura e o apreço pelo CENEART, quinta questão, podem ser explicados pela própria atuação da escola nos seus primeiros trinta anos, nos quais os eventos patrocinados pela instituição ultrapassavam os muros da escola e ganhavam representação na população. Seus alunos e professores formataram uma imagem de escola tradicional e de qualidade, na medida em que, alcançavam sucesso nos concursos e campeonatos escolares e, mais tarde, na própria vida profissional.

Este capítulo foi importante para construirmos o contexto social, político, econômico, histórico no qual a escola elegida para estudo, o CENEART, surgiu e se relacionou com a cidade, tornando-se uma escola benquista. Dentro das características desta escola, temos em 1964, a criação da Escola Normal, foco de pesquisa nesta dissertação de mestrado, como apresentamos na introdução deste trabalho. O curso oferecido por essa escola, chamado de Curso de Formação de Professores Primários (CFP), ganhou expressão na medida em que se tornou importante para a cidade: formava professores para compor os quadros de ensino do município e da rede estadual em expansão, na década de 1960 e 1970. Muitos ex-alunos ainda integram o corpo administrativo e docente da Secretaria Municipal da Educação, além dos quadros da rede estadual de ensino e da rede particular. Garantia, também, uma certa ascensão social conforme seus egressos entravam no mercado de trabalho e conseguiam uma fonte de renda que possibilitava melhores condições de vida e, muitas vezes, a continuidade dos estudos. Apesar dos aspectos favoráveis a este curso, a política educacional estadual, seguindo orientações acadêmicas e tendências internacionais, decidiu por determinar a formação de professores apenas em nível superior.

Esse descompasso entre a realidade cotidiana de uma modalidade de ensino e a política educacional que, progressivamente inibiu essa experiência, provocou a necessidade do estudo que ora desenvolvo. Foi preciso mergulhar na compreensão sobre como ocorria o cotidiano desse curso de formação de professores, o que exigiu, a seu turno, um estudo sobre a legislação que o normatizava.

O próximo capítulo, portanto, será dedicado a uma compreensão sobre a evolução da formação de professores das primeiras séries da Educação Básica. Partiremos da instituição da profissão de professor e o caminho traçado para sua formação profissional a partir da criação da Escola Normal no século XIX. Neste percurso, faremos um recorte para o desenvolvimento do curso ministrado nesta modalidade de ensino, em particular, no estado de São Paulo até seus momentos derradeiros, com o objetivo de alcançar um entendimento sobre as razões que levaram a implantação da Escola Normal em Osasco, suas transformações e seu encerramento, tendo como suporte dessa análise, a legislação educacional.